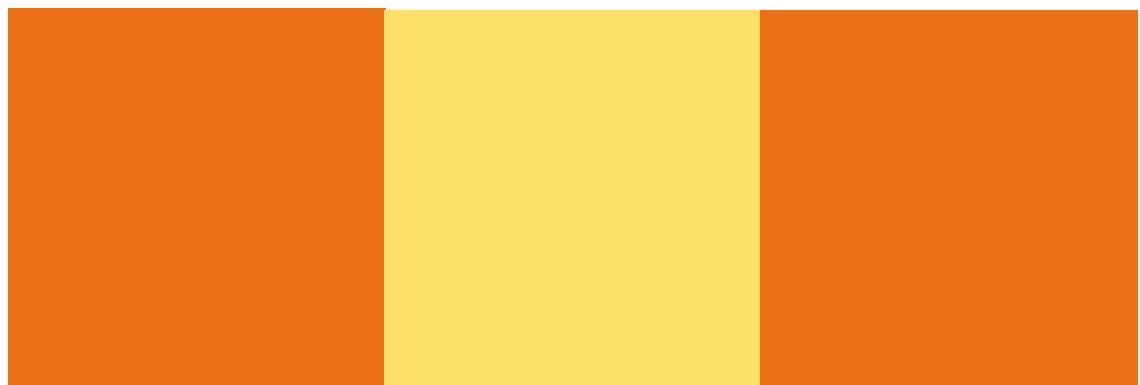


As formas de democracia

Sandra Laugier

Professora de Filosofia, Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, Paris, França; trabalha com filosofia moral, filosofia política, filosofia da linguagem, estudos de gênero e cultura popular.

Tradução: Murilo Duarte Costa Corrêa



Os anos 2010 assistiram à chegada dos "cidadãos comuns" como um ator coletivo e central na cena política. Em todo o mundo, multidões de pessoas saíram às ruas para se dirigir diretamente a seus líderes e exigir mudanças radicais, usando slogans similares. Naturalmente, as situações e contextos políticos diferem e as razões para as mobilizações não são idênticas. Mas a *forma* assumida pela demanda foi consistente. "Vocês não nos representam!" "Não em nosso nome!" e acima de tudo: "Democracia já". Essas contestações dão espaço para discutir e debater problemas que são deixados de lado ou negligenciados, sejam eles ambientais, de violência ou de injustiça social. O que elas pedem é que as decisões levem em consideração as pessoas que elas afetam.

O que Albert Ogien e eu definimos na época como o "princípio da democracia"¹ não é um princípio DA democracia como uma entidade ou regime existente. Não é um princípio de teoria política. Ele está enraizado nessas ações reais e na vontade de agir na política permanecendo fiel a uma atitude respeitosa das escolhas de vida e à igualdade de vozes. Todos esses "movimentos", ou melhor, instalações e ocupações, nasceram de um desejo dos cidadãos, dos seres humanos, de se reapropriar de sua situação e sua voz. Eles permitiram uma distinção essencial, que permeia a reflexão política, que muitas vezes permaneceu teórica, mas também as políticas ativistas: uma concepção da democracia como forma de vida, em oposição à democracia como sistema institucional, regime de governo ou mesmo como ideal político. Uma redefinição da democracia como exploração de novas formas de vida política, mais igualitárias na distribuição da expressão humana e na vontade de cada um e cada um de se fazer ouvir, de ter uma voz na linguagem comum.

Formas de vida e espaço público

O conceito wittgensteiniano de *forma de vida*² demonstrou assim sua plasticidade, em um século em que o pluralismo das formas de vida é frequentemente afirmado como uma condição para a vida política democrática. Como aponta a filósofa Rahel Jaeggi em

¹ S. Laugier, A. Ogien, *Le Principe démocratie. Enquête sur les nouvelles formes du politique*, La Découverte, 2014.

² Ver, por exemplo, <https://www.multitudes.net/la-democratie-comme-enquete-et-comme-forme-de-vie/>



sua *Crítica das formas de vida*, inspirada tanto em Adorno quanto em Wittgenstein, a possibilidade de crítica das formas de vida é inerente à política contemporânea³. Os cidadãos são experimentadores de várias formas de vida democrática e de novos acordos e discordâncias, ou, em termos pragmáticos, investigadores políticos. Por formas de vida entendemos a forma como as relações sociais são ordenadas na vida cotidiana, e as formas de vida em sua multiplicidade e variabilidade.

Nestas transformações da democracia, a noção de espaço público continua a ser utilizada como se fosse evidente ou particularmente vaga; enquanto também ela foi profundamente transformada em um processo de realização e mesmo de « literalização », através da ocupação destes espaços. O termo parece ter perdido toda a inteligibilidade específica, um termo que designa aquilo que não pertence ao espaço privado, embora a intimidade seja agora revelada diariamente na mídia e nas redes sociais, e questões privadas (por exemplo, desigualdade ou violência nas famílias) estejam se tornando cada vez mais políticas.

De metáfora para um debate entre pessoas razoáveis, como em Rawls e Habermas, o espaço público tornou-se uma *realidade concreta* no século XIX: através dos fenômenos da ocupação de praças e espaços públicos; através da demanda de um espaço de conversa e expressão para aqueles que não têm o direito de falar; através da expressão verbal, que é a passagem para o público, para o exterior, do que é concebido como privado. Como resultado, a questão do espaço público está se tornando cada vez mais ligada à dos espaços privados, aos da casa e à da subjetividade.

O espaço público de discussão, delineado por Habermas no século passado⁴, criou o conceito de espaço público como uma conversa que torna possível regular todas as relações entre os indivíduos, seja na esfera política, cultural, educacional ou familiar. Este modelo discursivo e, portanto, metafórico de espaço orientou, assim, as concepções de espaço público para uma política deliberativa, abstrata e racionalista. Para Hannah

³ E. Ferrarese, S. Laugier, (eds.) dossier « Politique des formes de vie », *Raisons Politiques*, 2015.

⁴ Jürgen Habermas, *L'Espace public. Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*, Paris, Payot, 1978 [1962]. Voir E. Ferrarese : *Éthique et politique de l'espace public. Jürgen Habermas et la discussion*, Paris, Vrin 2015.

Arendt⁵, o espaço é o ambiente no qual emerge a política, da qual a *pólis* grega é o modelo. O espaço público é então semelhante a uma *ágora* onde a deliberação coletiva, aberta e pluralista constitui e sustenta a vida da sociedade. É por meio da sua participação no espaço público que um indivíduo se torna um cidadão. No entanto, Hannah Arendt tinha uma visão negativa da maneira como esse espaço funcionava nos Estados Unidos, considerando que ele organizava a despossessão da capacidade política dos cidadãos pela dominação da razão técnica, a profissionalização da atividade política e a expertise no manuseio das rédeas do poder. Habermas traça outra genealogia da noção de "espaço público": é o processo de formação de uma opinião iluminada, racional e universalista nos círculos da burguesia europeia do século XIX onde são inventados os modos de governo da democracia liberal. Oskar Negt⁶ contesta que não são apenas os círculos da burguesia que têm a capacidade de criar conhecimento político, que é, portanto, também uma prerrogativa das classes trabalhadoras. Negt amplia a noção de espaço público, que ele concebe como um lugar para a elaboração de uma perspectiva política autônoma, como a dos movimentos espontâneos e de autogestão que definem as formas pelas quais o poder dos dominantes é desafiado pelos dominados⁷. John Dewey⁸ não usa a noção de "espaço público", mas a de "público", que se refere a uma "comunidade de investigadores" preocupados em encontrar uma resposta satisfatória para uma questão de interesse geral que lhes diz respeito. Para Dewey, a "investigação" é um procedimento no qual uma inteligência coletiva é formada na resolução de um problema público. A noção de público abrange assim todos aqueles que, por não poderem escapar do público, têm um interesse na solução de um problema público. A noção de público abrange assim todos aqueles que, por não poderem escapar desta experiência, fazem uso de sua capacidade política, expressando-a fora das instituições oficiais de representação⁹.

⁵ Hannah Arendt, *La Crise de la culture*, Paris, Gallimard, « Folio essais » 1991.

⁶ Oskar Negt, *L'Espace public oppositionnel*, Paris, Payot, 2007.

⁷ Cf Martin Breugh, *L'Expérience plébéienne. Une histoire discontinue de la liberté politique*, Paris, Payot, 2007.

⁸ John Dewey, *Le Public et ses problèmes*, Paris, Gallimard, « Folio essais », 2012.

⁹ Louis Quéré, « L'espace public : de la théorie politique à la métathéorie sociologique », *Quaderni*, 18, 1992 pp. 75-92.

Vemos que o paradigma espacial materializa o estabelecimento da relação realizado pelo espaço público, que se torna então um espaço de realização da igualdade e se revela como uma verdadeira subversão da regra que parece dominar nas sociedades contemporâneas; é o que estabelece o perímetro daqueles que têm o *direito legítimo* de participar da vida cívica e política. Esta restrição é também a restrição do direito de participar de conversas democráticas, traçando uma linha entre as palavras que podem ser levadas para o espaço público e aquelas que são menos, ou não são de todo, bem-vindas ou levadas em consideração. Como qualquer linha divisória, ela é necessariamente contestada e atravessada por aqueles que desejam expandir o espaço público e abri-lo a diferentes vozes. As lutas feministas são um exemplo, as vozes das minorias raciais (*Black Lives Matter*) como surgiram nos últimos anos, não como reivindicações de direitos, mas como reivindicações de um *lugar* no espaço público. Shirley Chisholm, que fez história ao concorrer à indicação democrata para as eleições presidenciais americanas de 1972 (rejeitada pelas feministas brancas aliadas aos líderes do Partido Democrata), colocou assim: "Se não houver lugar à mesa, traga uma cadeira dobrável".

O espaço público do pensamento político

Pensar no espaço público significa estudar como os membros de uma sociedade vão elaborar um espaço de vida através de um trabalho de investigação coletiva, que consiste em lidar com as questões que surgem para eles: todos os membros de uma sociedade são igualmente responsáveis e competentes. Em *O Público e seus problemas*, Dewey aplica seu conceito de investigação ao domínio da política e chama seu *método* de "democracia". Para ele, esta palavra não se refere a um regime político definido por um sistema de instituições, mas a um método de exploração coletiva do interesse público. Os movimentos de praça pública são naturalmente herdeiros desta reivindicação democrática, e a democracia tornou-se uma palavra de ordem quase universal, mas as

praças exigem uma nova definição e efetuação (*effectuation*) do espaço público¹⁰. Como observou Nilufer Göle, as ocupações, por seu posicionamento em diferentes lugares do mundo, já sinalizavam o apagamento da habitual hierarquia entre o centro ocidental e a periferia sul e oriental. Esses novos imaginários democráticos emergiram primeiro em países periféricos ou não ocidentais, para ganharem força nos grandes centros do mundo ocidental. A revolta egípcia na Praça Tahrir, a ocupação Maidan, e o movimento *Occupy Wall Street* convergem em sua utopia social e na materialidade da democracia. Para Judith Butler, "corpos agentes" adquirem assim uma função crítica diante da precariedade neoliberal¹¹; entretanto, é imprudente atribuir-lhes uma posição política ou crítica. A própria radicalidade desta forma democrática está mais na implementação concreta da igualdade e da horizontalidade como características distintivas destes encontros, bem como na extensão do domínio do político para as formas cotidianas e alternativas de estar na sociedade. Estas práticas dão origem a novas formas de conversa democrática dentro da vida cotidiana, que são contingentes e pluralistas, até mesmo dissonantes¹².

Por mais díspares que tenham sido, estes movimentos esboçam uma *forma* de ação política e de vida que se estabeleceu gradualmente: a reunião. Eles refutam o modelo de socialização democrática que é hoje virtual ou digital. Acima de tudo, eles não se importam com as acusações clássicas - que eles são manipulados, inúteis, potencialmente violentos, inconscientes das realidades do mundo contemporâneo. O que eles querem destacar acima de tudo é a possibilidade de uma realização da democracia, aqui e agora. Isto significa, por exemplo, que eles se preocupam em preservar a paridade, a igualdade entre as pessoas que reúnem, a livre circulação da fala no tempo; e, mais amplamente, que concebem seu movimento político de uma forma aberta, sem selecionar seus membros. A palavra "democracia" é usada principalmente para transmitir um conjunto de exigências que demandam a democratização das democracias existentes: respeito pela dignidade dos indivíduos, atenção aos mais vulneráveis, transparência da ação pública,

¹⁰ Voir N. Göle et alii, *Revendiquer l'espace public*, CNRS Editions, 2022.

¹¹ Judith Butler, *Rassemblement. Pluralité, performativité et politique*, trad. Christophe Jaquet, Paris, Fayard, 2016.

¹² Albert Ogien et Sandra Laugier, *Le Principe démocratie*. op. cit, pp. 78-79.



um fim à impunidade dos líderes corruptos. Mas também: liberdade e igualdade de acesso aos bens públicos como escolas, transportes, energia, água, universidades, a independência da imprensa e da mídia, a garantia de um padrão de vida decente para todos.

A invocação da democracia na reivindicação política atesta uma democratização da própria reflexão política: a definição deste termo não é mais o monopólio dos meios especializados que asseguram detê-lo e multiplicam obras e definições, nem dos políticos que se enchem a boca com o termo para acusar toda oposição à sua ação de ameaça à "democracia". Ao indicar que a democracia é definida através do desenvolvimento de práticas democráticas, estamos desafiando o monopólio do pensamento democrático aos especialistas (à filosofia ou à ciência política...). O que é então democracia quando não é mais uma noção reservada apenas à descrição de um tipo de regime constitucional e às técnicas de governo a ele associadas? Nos movimentos de protesto contemporâneos, a palavra "democracia" é apresentada como um princípio cujo conteúdo particular (exigências de igualdade, dignidade, probidade, equidade, transparência) ampara uma forma de ação política cuja legitimidade deriva de uma concepção de democracia como uma forma de vida. Da mesma forma, a referência cada vez mais frequente à desobediência civil como meio de ação corresponde a uma transformação das formas de atividade política. Essas recusas de obedecer à lei ou disposições consideradas inaceitáveis exigem uma extensão dos direitos e liberdades que uma democracia deve assegurar a seus cidadãos¹³. Este renascimento da desobediência, particularmente no contexto de lutas ambientais, coincide com uma mutação da demanda democrática. Estas ações visam discutir questões que são marginalizadas ou negligenciadas, e tornar visíveis cidadãos ou humanos que são considerados insignificantes.

Melhor ainda, e esta é a transformação essencial que eles provocam, eles colocam esses cidadãos - e os desobedientes - na posição de contribuidores ou mesmo de *atores*

¹³Essa era nossa tese no livro *Pourquoi désobéir en démocratie* (A. Ogien e S. Laugier, La Découverte, 2010).

primários do pensamento político. É a democratização do *pensamento* político e a *teorização* que está em jogo. Se compararmos, por exemplo, o pensamento de Rawls e Habermas com o de Gandhi e Martin Luther King, podemos ver que seus argumentos foram fortemente contestados pelos próprios desobedientes. Manuel Cervera Marzal, por exemplo, insiste na contribuição dos desobedientes para o "pensamento de desobediência"¹⁴. O pensamento de Thoreau, Gandhi e King é particularmente pouco familiar aos teóricos políticos, e Rawls e Habermas, que mencionam e às vezes (timidamente) justificam a desobediência, nunca a citam. É pouco usado pela maioria dos acadêmicos que trabalharam na desobediência civil, que quase nunca mencionam as 25.000 páginas de Thoreau e as 15.000 de King. O mesmo poderia ser dito das ativistas feministas do século XX, cujos textos estão incluídos na *Reclaim*¹⁵: A ruptura operada pelos movimentos do início do século XXI não é apenas política, é *epistemológica*: ela apresenta o pensamento dos atores, o que constitui uma teoria *global* e renova o entendimento da democracia.

A democracia como método

Para Dewey, a democracia é um *método*. Para ele, a palavra democracia não se refere a um regime político definido por um sistema específico de instituições, mas é usada para descrever a natureza de qualquer procedimento experimental: espírito de descoberta, livre disposição da informação, discussão aberta de hipóteses, compartilhamento de intuições e resultados etc.. O princípio da democracia é este empreendimento coletivo para produzir conhecimento para a ação, para o qual todos os indivíduos preocupados com um problema público contribuem, com igual competência, a fim de trazer uma solução satisfatória. A teoria da investigação de Dewey situa a política fora dos jogos de poder, com base na diferenciação ideológica e nos debates sobre instituições ou ordem constitucional. Também não a vê como um campo de atividade

¹⁴*Désobéir en démocratie, La pensée désobéissante de Thoreau à Martin Luther King*, Forges de Vulcain, 2013. L'auteur étudie de près la pensée de Gandhi et King, ce que nous ne pouvons faire ici.

¹⁵ Emilie Hache (org.), *Anthologie de textes écoféministes*, Éditions Cambourakis, 2016. Traduzido do inglês para o francês por Émilie Nosteris, postface por Catherine Larrère, Collections Sorcières.



reservado a uma vanguarda iluminada ou a partidos que buscam um projeto de educação das massas para levá-las à emancipação. Dewey vê a política em sua expressão mais básica: a reivindicação de um direito que é elaborado no processo de *constituição de um público*.

É esta reivindicação que define o espaço público, e não o contrário. As análises de Dewey têm por objetivo defender os benefícios da utilização do *método* da democracia e lembrar que os cidadãos comuns são sempre partes interessadas na administração dos assuntos públicos. O apelo da teoria da investigação hoje, o reconhecimento de que as pessoas comuns não são ingênuas como o discurso dos especialistas nos faria acreditar, é inseparável do desenvolvimento da democracia como uma forma de vida - na vida pública e acadêmica.

A demanda por uma democracia real vai assim além do discurso sobre o *empoderamento* do cidadão ou das críticas habituais ao liberalismo. Ela representa uma exigência radical e ao mesmo tempo comum: todo cidadão de uma sociedade possui um conhecimento político suficiente; cabe a ele tomar decisões que afetam o futuro e o destino de uma comunidade. Deste ponto de vista, o fato de ser *afetado* é constituído como uma competência que pode ser usada para exigir o direito de influenciar estas decisões. O desenvolvimento da participação, tanto na ciência como na política, reflete assim a evolução do conceito de público, que já não designa mais uma massa ignorante cujos medos devem ser acalmados, mas uma comunidade capaz de apreciar as questões práticas em jogo e de constituir uma inteligência coletiva.

Ao tornar pública a demanda por práticas políticas de fortalecimento, os movimentos políticos de protesto, como a desobediência civil, agem como uma expressão ordinária da democracia. E eles nos lembram que um processo de produção democrática está constantemente em andamento, guiado pelo confronto destas distintas formas de conceituação da política e da democracia: as dos cidadãos comuns e as dos políticos. Estes movimentos visam afirmar, publicamente e em ação, a necessidade de levar em consideração a voz dos dominados na vida política das sociedades humanas. Pode-se argumentar que esta necessidade é constantemente lembrada na arena pública e que estes lembretes têm contribuído, o mais frequentemente de maneira subterrânea e invisível,

para a transformação das mentalidades, da moral, das sensibilidades e, em última instância, das instituições. De tempos em tempos, esta dimensão do trabalho político que as sociedades fazem sobre si mesmas é expressa abertamente. Os recentes debates amplamente compartilhados na arena pública sobre o financiamento de pensões são um exemplo deste trabalho coletivo, ignorado pelo mundo político, seja ele de direita ou de esquerda.

A exigência de uma *verdadeira* democracia é sempre justificada pelo princípio de que todos aqueles que pertencem a uma mesma entidade política (mesmo que temporária) têm o direito de participar, com igual capacidade, na renovação de sua existência, em sua evolução e na redefinição permanente dos valores coletivos que ela promove. Daí o conteúdo da demanda por uma verdadeira democracia que se ouve nos comícios e ocupações das praças: permitir que a capacidade de cada indivíduo de desfrutar plenamente de sua autonomia de decisão seja exercida em todos os aspectos de suas atividades diárias, tanto em público como em privado, e fazê-lo sem priorizar estes aspectos desde o nobre ao menos nobre. Isto também transforma a noção de espaço público, que só recentemente conseguiu romper com a hierarquia patriarcal entre espaço político público fora do "lar" e espaço privado sem valor político ou moral.

O espaço público do cuidado privado

É a partir dessa exigência – reivindicação – que certas maneiras de fazer política foram se tornando gradualmente desatualizadas e que se desenvolveram formas de ação coletiva que as renegam. E podemos supor que a extensão das práticas democráticas continuará a reconfigurar a relação dos cidadãos com a política, as formas de organização do espaço público e as divisões entre o público e o privado, que foram abaladas durante o confinamento e o retorno de um bom número de atores ao espaço privado. Durante a pandemia, a preocupação com os outros e os *cuidados*, classicamente associados ao *privado*, tomaram seu lugar no espaço público: enquanto eles se baseiam numa análise das condições históricas e sociais que favoreceram uma divisão do trabalho moral em

virtude da qual a vida privada foi desvalorizada como tal. A pandemia também levantou radicalmente a questão da legitimidade e do lugar da expressão do cuidado, e a necessidade de torná-la um assunto público - como foi solicitado recentemente com a mudança climática. Com o *cuidado*, o público entra no privado, e vice-versa: as questões privadas tornam-se públicas. Seja na esfera doméstica, por instituições públicas ou pelo mercado, *o cuidado transforma o espaço público*. A pandemia atua como um dispositivo que torna visíveis as práticas geralmente discretas e sensibiliza para a importância do trabalho de cuidado no espaço público, justamente porque elas foram vistas. O confinamento nos países do Norte se acompanhou do apagamento da superfície do espaço público concreto de uma boa parte dos cidadãos, que foram levados de volta ao seu espaço privado, e cortados dos laços que não eram com os muito próximos. E da irrupção do *cuidado* no espaço público pela repentina colocação em visibilidade do trabalho e dos atores do *cuidado*, brevemente, reconhecidos, apreciados e visíveis¹⁶.

Esta transformação e requalificação sem precedentes do espaço público não se traduziu, no entanto, em ação política; a visibilidade dos trabalhadores do *cuidado* apenas confirmou sua invisibilidade social. Deve-se dizer que ocorreu no contexto de uma restrição sem precedentes das "relações públicas" (no sentido de trocas públicas para confirmar os laços sociais) e daqueles contatos que compõem a textura da vida democrática.

A pandemia, em sua destruição do espaço público comum - o das trocas diárias e anônimas, em público, em cafés ou lugares de cultura, onde "laços fracos" são forjados - enfraqueceu o espaço público democrático. É como se, depois de duas décadas de novos atores e novas vozes ocupando o espaço público, tivéssemos voltado à definição tradicional e abstrata do espaço público - requalificada pelas convenções autorizadas de intercâmbio político. Aqueles *que mantêm* a sociedade unida terão sido marginalizados na gestão pública da própria crise - seja nos espaços da mídia, comitês de especialistas, ou nas decisões políticas, sanitárias e administrativas. Entre outros choques, tais como o

¹⁶ Ver Nathalie Blanc, Sandra Laugier, Pascale Molinier, Anne Querrien, 2020.

enfraquecimento das formas de vida humana individual e coletiva e a destruição das estruturas econômicas, a crise da saúde tem sido um golpe na democratização das democracias empreendida globalmente através da ocupação do público pela vida privada.

"Devemos defender a democracia".

É na praça pública e na rua, mas também agora nas instituições, que se joga a impossibilidade de um encontro entre o poder político nacional e uma sociedade heterogênea e competente. O poder político sempre garante a manutenção da ordem pública e procura preservar seu domínio espacial e simbólico sobre a comunidade da nação. Por outro lado, nosso novo protagonista político não se enquadra em um quadro normativo pré-existente. O ator se revela no ato de ocupar um lugar, ou mesmo de quebrar as regras da ordem pública, o que aproxima a ocupação e desobediência. A possibilidade do político surge onde as relações de poder na definição do comum são modificadas, e arrancadas da organização do Estado.

Recordemos que estes movimentos levaram em toda parte - inclusive nas democracias - a uma repressão brutal, mais ou menos criminosa dependendo do Estado, mas que testemunha precisamente o sentido político e as aspirações democráticas de que são portadores - pensemos nas múltiplas violências e mutilações (a perda de olhos pelo uso de balas de borracha por parte da polícia para dispersar as manifestações) em resposta ao movimento dos Coletes Amarelos na França, ou na recente repressão sangrenta e misógina no Irã; a guerra na Ucrânia, uma "operação especial" na retórica de Putin, também pode ser analisada como a reação tardia e ultra assassina à vontade de democracia sem líderes que Maidan havia encarnado em 2014.

O novo repertório de *ações* políticas - pois a palavra "movimento" não é mais apropriada para eles, assim como todo um vocabulário político que foi ultrapassado por essas novas formas políticas hoje: comícios e ocupações de praça, mobilizações globais, insurreições civis, ativismo informático, acontecimentos e desobediência - é congruente com a vontade dos cidadãos de se organizarem para exercer controle sobre o que fazem

aqueles que os governam e a quem elegeram, às vezes por falta de uma palavra melhor. Estas ações lembram aos profissionais da política, mas também da análise e da filosofia política, que os governados nunca desistem da ideia de exigir o direito de lidar com as questões que lhes dizem respeito. As novas formas de ativismo não estão à margem da democracia ou, como às vezes gostamos de dizer, manifestações "borderline" ou "badernas". Elas exigem uma extensão dos direitos e liberdades que uma democracia deve proporcionar a seus cidadãos e *expressar* a forma de vida democrática que tem sido proposta desde a virada do século, onde são as pessoas envolvidas em uma situação que definem a agenda política. Para Dewey, a investigação é um procedimento no qual se constitui uma inteligência coletiva na resolução de um problema público e no qual as/os cidadãs/os experimentam todos juntos a atuação conjunta na política.

É preciso defender a democracia, no sentido em que Foucault falava (entre aspas) de defender a sociedade, não porque ela seria um ideal, mas porque ela mantém a possibilidade de viver em um espaço público decente, organizado em torno de uma conversa em que cada voz vale tanto quanto qualquer outra, o que permite debater abertamente os problemas públicos e resolvê-los da forma mais coletiva possível. Essa concepção extensiva da democracia é amplamente compartilhada, mas claramente não por todos os governantes.

Os anos 2010 foram de revitalização da democracia. A década de 2020 é um *retrocesso*, revertendo (mais um efeito da pandemia) para o *empoderamento* dos cidadãos comuns e negando sua capacidade de tomar decisões para o bem público. Defender a democracia como um *modo de vida* não implica denegrir a democracia como um sistema representativo baseado em eleições, no debate parlamentar e na separação de poderes. O que é notável é o enfraquecimento conjunto da democracia como forma de vida e da democracia como instituição, que inicialmente tínhamos contrastado. De fato, são as instituições democráticas (diálogo social, debate parlamentar) e não apenas a vida democrática coletiva que são desprezadas ou ignoradas pela passagem forçada de uma reforma previdenciária rejeitada pela grande maioria dos cidadãos. Temos um caso exemplar de antidemocracia, com um governo alegando que suas medidas são "boas,

justas e necessárias", contra os dados provenientes de pesquisas de todos os lados; com o olhar condescendente sobre uma maioria de ignorantes, vítimas da "desinformação", a pedido da "pedagogia"; com medidas, enfim, que afetam essencialmente as pessoas excluídas da discussão. Como podemos nos surpreender que uma oposição parlamentar, esquecendo as boas maneiras, se apodere das táticas ativistas desenvolvidas nas décadas anteriores para combater a antidemocracia?